



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação n.º 01/2014/SLC

Curitiba, 15 de janeiro de 2014.

Assunto: Análise do recurso interposto ao resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº 91/2013

Interessados: DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME
N. C. TURISMO LTDA - ME

Senhora Ordenadora da Despesa,

1. Divulgado o resultado do Pregão Eletrônico nº 91/2013, no qual declarei vencedora a N. C. TURISMO LTDA ME, a licitante DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, interpôs recurso administrativo afirmando a inexecutabilidade da proposta apresentada pela vencedora e pleiteando a reforma do ato tomado.
2. De início, registra-se que a licitante DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME apresentou suas razões tempestivamente, no prazo de que cuida o art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.
3. Em sede de contrarrazões, a N. C. TURISMO LTDA ME apresentou suas alegações também de forma tempestiva.
4. Pois bem. Passamos agora à análise dos argumentos expostos pela recorrente.
5. A recorrente alega que o lance de R\$ 0,01 apresentado pela empresa vencedora iria de encontro com os incisos I e III do item 8.3 do edital, o qual dispõe a desclassificação de empresas que consignarem preços simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, que não vierem a ter sua executabilidade demonstrada, não tendo a N. C. Turismo apresentado planilhas de custo e formação de preços.
6. A recorrente destaca o registro da aplicação de penalidade de advertência à empresa vencedora existente no SICAF relativa a prévia prestação de serviços de agenciamento à Universidade Federal do Paraná.
7. Com o fim de fundamentar seu pleito, a recorrente cita o estudo de mercado realizado pelo Tribunal durante a fase interna do certame, que determinou o valor médio de



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

R\$ 42,96 para a taxa de agenciamento, a partir de pesquisas de preços junto a empresas atuantes na atividade.

8. A recorrente explica que, após 01 de outubro de 2012, quando as companhias aéreas deixaram de pagar comissões às agências de viagens, deixou de haver a possibilidade da oferta de taxas de agenciamento zero ou negativas, que até então eram aceitas, inclusive pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

9. A recorrente, por fim, cita o Acórdão 1973/2013, Plenário, do Tribunal de Contas da União, o qual encontra-se reproduzido abaixo:

“65. A manifestação da ABAV-DF à peça 36 é extremamente elucidativa nesse contexto. Segundo afirma a associação, se a taxa de agenciamento é a única receita a ser auferida atualmente pela agência de viagens, certamente a proposição de valor zero ou similar torna automaticamente a proposta inexequível, já que a agência tem custos inerentes à própria contratação, dos quais não pode simplesmente abrir mão, tais como: despesas administrativas/operacionais, mão de obra, tributos, garantia contratual, recursos tecnológicos, etc. Defende, pois, que os editais licitatórios exijam planilhas de custos contendo a descrição pormenorizada desses itens, espelhando a transparência necessária às operações públicas (peça 36, p. 9/11).

66. Tem razão a ABAV-DF em sua tese. Os órgãos públicos devem resguardar-se de empresas aventureiras e aprimorar seus controles, exigindo nas licitações as planilhas que compõem os custos das empresas e verificando a exequibilidade econômica das propostas. Tal medida será objeto de recomendação à SLTI, para que avalie a conveniência e oportunidade de rever o normativo que regulamenta a contratação de prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas na Administração Pública, a fim de incluir exigência de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, assim como orientação aos pregoeiros para que verifiquem a exequibilidade das propostas ofertadas.”

10. A Decolando Turismo, portanto, alega que a empresa declarada vencedora não comprovou a viabilidade de sua proposta, e requer a desclassificação desta.

11. Em sede de contrarrazões, a empresa NC TURISMO LTDA afirma o caráter comum da utilização de taxas administrativas próximas a zero por empresas de turismo participantes de pregões eletrônicos, situação que seria possibilitada por incentivos financeiros obtidos pelas agências a partir das companhias aéreas como remuneração ao atendimento de metas. Tais incentivos, associados à diluição das despesas administrativas através da carteira de contratos, enseja o equilíbrio econômico-financeiro e a rentabilidade da empresa.

12. Vale ressaltar que a própria recorrente já ofertou taxas similares em pregão eletrônico recente. O valor de R\$ 0,02 de taxa de agenciamento foi registrado pela DECOLANDO TURISMO em 20/12/2013 no Pregão Eletrônico 99/2013 do TRT da 7ª Região¹.

¹ O relatório do pregão eletrônico 99/2013 do TRT da 9ª Região pode ser acessado através da página <http://www.licitacoes-e.com.br>, número da licitação 519955.



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

13. A NC TURISMO LTDA também ressalta sua estabilidade e reconhecimento no mercado, e elucida que a penalidade de advertência referida pela recorrente, única ocorrência constante no SICAF da licitante, foi registrada em 21/11/2000, há quase 14 anos.

14. Conforme os documentos apresentados pela recorrida durante a fase de habilitação e análise da proposta comercial, taxas similarmente próximas a zero são utilizadas em contratos com outros órgãos da Administração, como a UFPR, o SENAC e o SESI. Incluso nos documentos encontra-se o Contrato 04/2013 da UFPR, assinado em 14/01/2013, com vigência de 12 meses, cumprido integralmente e a ser renovado por mais 12 meses, resultante do Pregão Eletrônico 208/2012 deste mesmo órgão, que foi arrematado pela NC TURISMO LTDA a uma taxa de agenciamento de R\$ 0,0001.

15. Quanto à referência pela recorrente aos incisos I e II do item 8.3 do edital, que dispõem sobre a desclassificação de propostas que consignarem preços simbólicos ou inexequíveis, reforçamos que tais incisos são reprodução, com as devidas adaptações, do art. 48 da Lei 8.666/1993. Sobre o dispositivo, o Tribunal de Contas da União já se pronunciou, em sua súmula 262/2010, no sentido de que aquele “**conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta**”.

16. Em diligência junto à licitante e à UFPR, esta instituição não só declarou, através de atestado de capacidade técnica fornecido à empresa, que os serviços contratados vêm sendo prestados satisfatoriamente, como também que renovará o contrato junto à recorrida (documentos em anexo).

17. Através do contrato e do atestado apresentado, a empresa demonstrou ser capaz de levar a termo, de forma adequada, objeto contratual de mesma natureza ao objeto deste certame, através de taxa de agenciamento virtualmente equivalente, atendendo a jurisprudência sobre o tema, sendo irrelevante, portanto, apresentação de planilhas de custo.

18. Ora, contando a NC TURISMO LTDA com experiência e tempo de atuação considerável no mercado, estando habilitada perante as exigências do edital e tendo demonstrado sua capacidade de cumprir com os serviços contratados sob taxas equivalentes, não se mantém a presunção de inexequibilidade da proposta comercial apresentada pela NC TURISMO LTDA, sendo certo que a taxa de agenciamento não é a única remuneração que a empresa irá auferir. Sua desclassificação privaria a administração da seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, pondo em detrimento a finalidade norteadora das licitações, preconizada no Art. 3º da Lei 8.666/1993.

19. Assim, diante das considerações acima, estou convicto que a decisão anteriormente tomada está em estrita consonância com os ditames estabelecidos no arcabouço que rege o Pregão Eletrônico nº 91/2013, tanto em seu edital, como pelas Leis 8.666/93 e 10.520/2002 e pelo Decreto 5.450/2005, e recomendo que.

- I. seja mantida a decisão que declarou a **NC TURISMO LTDA** vencedora do Pregão Eletrônico nº 91/2013; e



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

- II. seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela empresa DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Daniel Souza

Pregoeiro

1. Acolho argumentos expostos pelo Pregoeiro na Informação SLC nº 01/2014.
2. Com fundamento no art. 8, incisos V e VI, do Decreto nº 5.450/2005, ADJUDICO e HOMOLOGO o objeto do Pregão Eletrônico nº 91/2013 à empresa **NC TURISMO LTDA**.
3. Dê-se ciência às empresas interessadas.

Curitiba, 15 de janeiro de 2014.

Arnaldo Rogério Pestana de Sousa
Ordenador de Despesas
TRT da 9ª Região